

**O PERCURSO DOS LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL E NO MUNDO COM FOCO
NO COMPONENTE DE LÍNGUA INGLESA**

**THE PATH OF TEXTBOOKS IN BRAZIL AND THE WORLD WITH A FOCUS ON
THE ENGLISH LANGUAGE COMPONENT**

Rafael Gonçalves Silva Freire¹

RESUMO: O artigo analisa a evolução do livro didático, destacando sua importância como ferramenta de ensino ao longo da história. No contexto mundial, o desenvolvimento dos livros didáticos esteve ligado às mudanças nos sistemas educacionais, às inovações tecnológicas e às políticas públicas de educação. No Brasil, a trajetória do livro didático reflete as transformações sociais e políticas do país, desde o período colonial até os dias atuais. A implementação de políticas específicas, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), contribuiu para ampliar o acesso à educação de qualidade e padronizar conteúdos escolares. Primeiramente, este trabalho aborda os primeiros livros impressos, seguidos dos primeiros livros didáticos no mundo e posteriormente no Brasil. Por fim, abordamos a evolução do livro didático de Língua Inglesa no território brasileiro. Em suma, este trabalho ressalta a importância de repensar o papel do livro didático na formação dos estudantes e na promoção de uma educação mais democrática e acessível.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático; Língua Inglesa; Educação.

ABSTRACT: This article analyzes the evolution of textbooks, highlighting their importance as teaching tools throughout history. In the global context, the development of textbooks has been linked to changes in educational systems, technological innovations, and public education policies. In Brazil, the trajectory of textbooks reflects the country's social and political transformations, from the colonial period to the present day. The implementation of specific policies, such as the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), has contributed to expanding access to quality education and standardizing school content. First, this paper addresses the first printed books, followed by the first textbooks in the world and later in Brazil. Finally, we address the evolution of English language textbooks in Brazil. In short, this paper highlights the importance of rethinking the role of textbooks in student education and in promoting a more democratic and accessible education.

KEYWORDS: Textbook; English language; Education.

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Letras Português-Espanhol. E-mail: rafaelgsfreire@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO²

Os livros didáticos desempenham um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, atuando como instrumentos essenciais para a transmissão de conhecimentos, conceitos e habilidades aos estudantes de todos os níveis de escolaridade da educação básica. Eles oferecem uma base estruturada para o conteúdo curricular, facilitando a compreensão e o aprofundamento dos temas abordados em sala de aula.

No Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do governo federal criada com o objetivo de garantir o acesso a materiais pedagógicos de qualidade para estudantes da educação básica. O programa busca promover a equidade no ensino, fornecendo livros gratuitos às escolas públicas e incentivando a adoção de materiais alinhados às diretrizes curriculares nacionais. Além disso, o PNLD também estimula a produção de livros didáticos que atendam às diversidades culturais e regionais do país, contribuindo para uma educação mais inclusiva e contextualizada.

Assim, os livros didáticos apoiados pelo PNLD representam uma ferramenta importante na democratização do acesso ao conhecimento e na melhoria da qualidade da educação brasileira. Somente no ano de 2023, quase 48 mil escolas foram beneficiadas, fazendo com que mais de 10 milhões de alunos tivessem acesso a livros didáticos (Brasil, 2021).

No Brasil, todos os livros didáticos adotados pelas escolas públicas nas esferas municipais, estaduais e federais passam pela aprovação do PNLD, por meio de editais lançados pelo FNDE, para inscrição de obras, detalhando os critérios para avaliação e aprovação. Silva (2016) ressalta que o livro didático é um gênero discursivo – embora não seja muito estudado como tal – e, por essa razão, as diferentes definições que lhe foram dadas não são suficientes para abranger toda a sua complexidade, confirmando seu status de “relativamente estável” (Bakhtin, 2011).

Nesse sentido, Silva afirma que o livro didático “tem uma relevância que extrapola o contexto pedagógico” (2016, p. 97). Isso porque, segundo o autor, trata-se de um material que ultrapassa o ambiente escolar, abrangendo também esferas políticas, econômicas, culturais e pedagógicas.

Este trabalho tem como objetivo contar a história dos livros didáticos no mundo e no Brasil, abordando sua evolução ao longo do tempo e seu papel na educação. A partir dessa análise, o foco será direcionado para os livros didáticos de língua inglesa no Brasil, explorando

² Originalmente, este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado defendida pelo autor e aprovada em 2024.

como essa categoria específica se desenvolveu e qual a sua importância no contexto educacional brasileiro. Dessa forma, busca-se compreender as transformações e as particularidades desses materiais pedagógicos, destacando sua relevância na formação de estudantes e na promoção do ensino de idiomas estrangeiros no país.

2 BREVE HISTÓRIA DA ESCRITA DOS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS

O livro é um importante meio de veiculação de informação de informação, usado desde a Antiguidade para transmitir inúmeros dados, conhecimentos, relatórios, ideias etc. Cagliari (1998) observa que a comunicação por meio da escrita vem sendo utilizada e registrada desde os povos neandertais. Acerca das escritas realizadas pelos chamados homens das cavernas, o autor aponta que

Quem inventou a escrita foi a leitura: um dia numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano. A humanidade descobria assim que quando uma forma gráfica representa o mundo, é apenas um desenho, quando representa uma palavra, passa a ser uma forma de escrita (Cagliari, 1998, p. 13).

É possível comprovar por meio de textos e imagens, inclusive antigos, que a escrita em outros meios além do papel já fazia parte da sociedade, pois o homem se apropriava dela em diversos ambientes. Um exemplo são as paredes, como faziam os homens das cavernas, ou as pedras, como relatado no trecho a seguir:

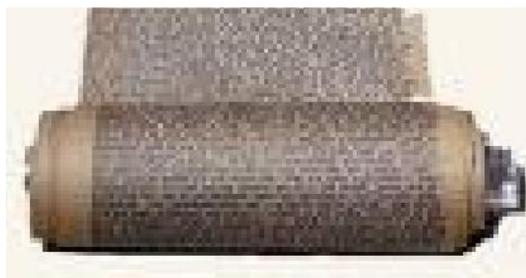
Então disse o Senhor a Moisés: Lava duas tábuas de pedra, como as primeiras; e eu escreverei nas tábuas as mesmas palavras que estavam nas primeiras tábuas, que tu quebraste. [...] Então Moisés lavrou duas tábuas de pedra, como as primeiras; e levantando-se pela manhã de madrugada, subiu ao monte Sinai, como o Senhor lhe tinha ordenado; e levou as duas tábuas de pedra nas suas mãos (A Bíblia. Êxodo 34:1,4).

O trecho, encontrado na Bíblia Sagrada, relata o momento em que os dez mandamentos foram escritos em uma tábua de pedra, a fim de registrar as ordens de Deus para o povo judeu que estava peregrinando pelo deserto. A partir disso, é possível perceber que a escrita no papel, e conseqüentemente a criação do livro que conhecemos hoje, deu-se tempos depois de quando a escrita já era registrada em meios diversos.

Avançando no tempo, a partir do século II d.C. surgem os primeiros livros escritos e impressos em folhas de papiros. Mello Jr. (2000) evidencia que os *vólumen* foram os primeiros livros escritos, que mais tarde foram substituídos pelos *códex*. Paiva (2009, p. 17) define os

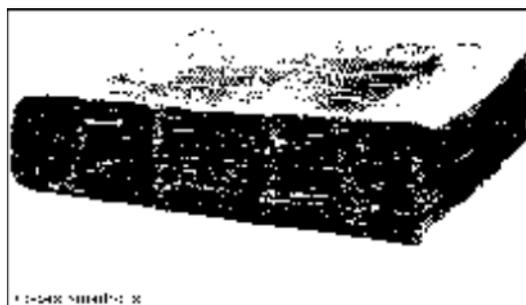
vólumen como “várias folhas de papiro coladas que eram enroladas em um cilindro de madeira, formando um rolo”, enquanto o *códex* “se aproximava mais do livro atual com várias folhas de papiro ou de pele de animais costuradas”. Segundo a autora, ambos eram desconfortáveis para leitura, pois o primeiro demandava enrolá-lo e desenrolá-lo para encontrar um trecho específico, enquanto o segundo era grande e difícil de carregar.

Figura 1 – Imagem de um *vólumen*



Fonte: Paiva (2009, p. 18).

Figura 2 – Imagem de um *códex*



Fonte: Paiva (2009, p. 18).

Embora fosse pesado e desconfortável, o *códex* apresentava muitos benefícios em relação ao *vólumen*. Mello Jr. (2000) ressalta que, para ler o *vólumen*, era necessário utilizar as duas mãos para desenrolar as folhas. Já o *códex* podia ser depositado na mesa e apenas uma das mãos precisava ser usada para, quando necessário, virar a folha, deixando assim a outra livre para uma possível anotação.

Segundo Paiva (2009), a partir do século XV, a produção dos livros passou por uma grande revolução, pois naquele século foi inventada a imprensa, que possibilitou que os livros fossem impressos e não mais escritos à mão. Com isso, surgiu a cultura letrada, afinal, os livros ficaram mais baratos com as impressões em série. Com essa revolução na impressão de livros, surgem também os primeiros livros didáticos. Ou seja, esse é o momento em que o livro passa a ter utilização no ensino

3 OS PRIMEIROS LIVROS DIDÁTICOS

Na sala de aula, o professor tem várias formas de ensinar a seu dispor, e o faz conforme a sua formação e experiências vivenciadas. Para isso, o profissional utiliza como suporte, sempre que possível, diversos tipos de material didático, como livros literários, gramáticas, jogos, vídeos, apostilas, entre várias outras possibilidades. Não obstante a pluralidade de recursos, quando falamos em material didático no contexto escolar, a primeira lembrança é o livro didático propriamente dito.

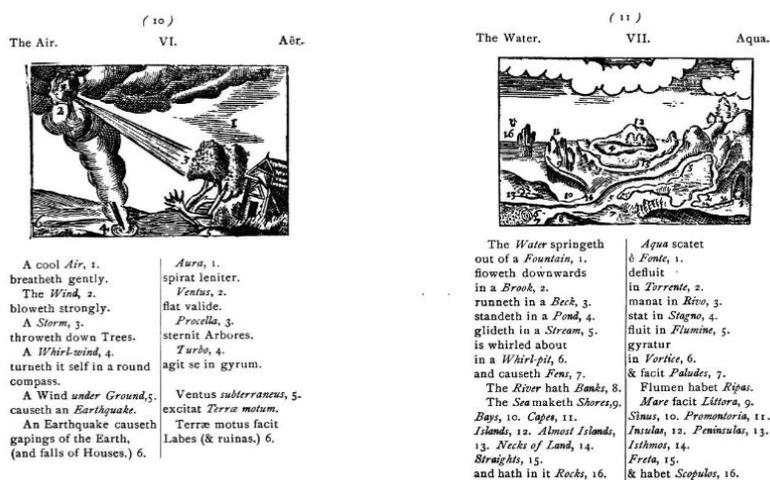
O livro didático desempenha uma importante função na educação, pois ele pode ser usado como instrumento de aprendizado de forma estruturada e organizada. Além disso, ele normalmente favorece uma melhor compreensão do conteúdo, ao fornecer informações relevantes e confiáveis para a contextualização do que está sendo estudado. Também costuma oferecer atividades pertinentes para reforçar o aprendizado e é uma fonte de referência importante para alunos e professores.

Dessa forma, o livro didático ocupa uma posição de destaque na sala de aula, sendo recomendado o seu uso durante todo o ano escolar. Isso não impede que o professor complemente esse material com atividades, como uma atividade criada por ele, ou alguma proposta de outro material, afinal, o livro didático é apenas um dos vários recursos que servem para apoiar o professor no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Kelly (1969 *apud* Paiva, 2009), os primeiros livros didáticos não eram nada práticos: eram pesados, desajeitados e difíceis de produzir e até mesmo carregar. Eram usados apenas por professores, por isso, os alunos deveriam copiar os textos que eram ditados ou transcritos no quadro pelo docente.

Até o século XVIII, segundo Paiva (2009), era comum encontrar uma sala de aula cujos alunos tivessem diferentes livros didáticos, visto que estes eram usados de acordo com a disponibilidade, não por escolha própria. A autora afirma que esses primeiros livros eram “gramáticas e o conceito de língua se restringia ao de estrutura gramatical tendo como referência a língua escrita” (Paiva, 2009, p. 19).

Voltando a discussão ao ensino de línguas, o primeiro livro didático ilustrado foi publicado em 1658 por Johann Amos Comenius. Segundo Kelly (1969 *apud* Paiva, 2009), as imagens eram usadas para ilustrar determinadas palavras ou situações dos textos. No entanto, essas ilustrações faziam com que o livro ficasse com um grande volume de páginas, como consequência aumentando expressivamente seu valor financeiro. Ainda assim, manteve-se popular até o século XIX e influenciou a criação de outros livros.

Figura 3 – Páginas 10 e 11 do livro *Orbis Pictus*, de Comenius

Fonte: Comenius (1887).

No Brasil, o ensino na sala de aula por meio do livro didático passou por diversas fases até chegar ao patamar em que está hoje, quando todos os alunos recebem gratuitamente os livros. Bittencourt (2009) divide essa trajetória no Brasil em quatro momentos. Cada um deles marca a relação do uso dos livros em sala de aula com seu impacto na história da educação.

O primeiro momento refere-se à adoção de modelos de obras didáticas de outros países. Os primeiros livros didáticos foram produzidos no Brasil no início do século XIX para serem utilizados somente em escolas de ensino secundário, hoje conhecido como ensino médio. A primeira tipografia instalada no Brasil, chamada Impressão Régia, ocupou-se de traduzir algumas obras para os alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro. Os livros eram idealizados por conceituados professores franceses. Contudo, por questão de custos financeiros, as matérias ainda eram limitadas, visto que enfocavam disciplinas voltadas a áreas específicas, como Geometria, Física e Aritmética, Química e História Natural.

Com o passar dos anos, outras editoras estrangeiras foram se instalando no Brasil; no entanto, as impressões eram feitas no exterior, principalmente em Portugal e na França, visto que as editoras tinham sede nesses países. Na década de 1820, os livros didáticos eram adaptados conforme os programas curriculares inspirados na cultura de outros países, e um dos motivos para isso era a vigilância que as províncias sofriam sob o controle da Igreja Católica.

As editoras encarregaram-se de traduzir diversas obras didáticas para o ensino no Brasil. Essa prática foi muito comum no decorrer do século XX, especialmente porque o “estrangeiro” contava com mais visibilidade e prestígio no nosso país. A maioria dos livros traduzidos eram

provenientes da França, mas também era comum a adoção de livros de Portugal, visto que a tradução não se fazia necessária.

O segundo momento da trajetória dos livros didáticos no Brasil refere-se à nacionalização desses livros. Tal momento é dividido em duas fases: a primeira refere-se ao período de 1860 a 1930, e a segunda, ao período entre 1930 e 1970. Na primeira fase, com a reforma nos currículos das escolas primárias e secundárias, viu-se a necessidade de livros específicos para determinadas disciplinas escolares, como História do Brasil, Geografia etc. Com isso, livros de autores brasileiros começaram a ser produzidos no país.

A partir de 1880, com o aumento do número de escolas no Brasil, a Editora Francisco Alves começou a se destacar na produção de livros escolares. Em vista disso, várias obras foram publicadas, tornando-se conhecidas em todo o território brasileiro. Autores como Felisberto de Carvalho e Olavo Bilac fizeram com que o livro de leitura fosse adotado nas escolas. Esses livros possuíam caráter patriótico, engrandecendo a história do Brasil e o folclore brasileiro.

Na segunda fase, importantes editoras, algumas conhecidas até hoje, iniciaram sua atuação no Brasil, como a Companhia Editora Nacional, criada pelo escritor Monteiro Lobato e seu sócio, Octalles Marcondes Ferreira; a Editora FTD, dos irmãos Maristas; e a Editora Saraiva, fundada por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva. Essa época também foi marcada pela criação do Conselho Nacional do Livro Didático, que passou a avaliar as obras didáticas quanto a aspectos de conteúdo. Com isso, várias editoras se dedicaram exclusivamente à produção de materiais com caráter didático, envolvendo gramáticas, livros de leitura e o livro didático propriamente dito.

O terceiro momento apontado por Bittencourt (2009) refere-se à multiplicação dos livros escolares nas escolas brasileiras, ocorrida entre os anos de 1970 e 1996. Com a instalação do regime militar no Brasil, ocorreram várias mudanças na política nacional. Foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases em 1971, no intuito de substituir a então vigente, de 1961. Essa reformulação alterou significativamente as disciplinas escolares, que então deveriam ser divididas por áreas de ensino.

Editoras tradicionais, bem como autores de livros, recebiam auxílios financeiros do Ministério da Educação para criação e publicação de materiais que estivessem de acordo com a nova visão do governo. O resultado disso foi o aumento substancial das impressões feitas por uma única editora. Havia obras escolares do mesmo autor que atingiam milhões de exemplares impressos na mesma editora. Dessa forma, a adoção dos livros didáticos nas escolas era feita pelo próprio governo militar.

Na década de 1990, após o período de governo militar, os materiais didáticos se tornaram um instrumento essencial na educação. Uma novidade é que, a partir desse momento, os livros passaram a ser acompanhados do manual do professor. Os livros tiveram uma grande melhoria na qualidade, tanto na forma quanto no conteúdo. Também surgiu uma nova geração de autores, deixando o processo de adoção mais democrático e com mais opções de escolha.

Por fim, o quarto momento da trajetória do livro didático no Brasil foi marcado pela conciliação entre a nacionalização e a internacionalização dos livros didáticos, a partir de 1996 até os dias atuais. Nesse momento, o governo, por meio do MEC, passou a distribuir gratuitamente para todos os alunos de escola pública os exemplares de livros escolares de todas as disciplinas.

Contudo, os livros didáticos apresentavam vários problemas em relação ao conteúdo. Esses problemas foram apontados por avaliações governamentais, que detectaram questões relativas a preconceitos, erros conceituais e conteúdos desatualizados. A partir disso, o PNL, que até então organizava uma política de aquisição e distribuição, passou também a avaliar os livros que seriam adotados pelas escolas públicas brasileiras.

Esse processo de avaliação tornou-se constante e produtivo e cresceu a cada edição. A avaliação é feita por diferentes especialistas, normalmente de universidades públicas federais. Assim, todos os livros adotados em escolas públicas são avaliados previamente pelo programa. No ano de 2008, o programa passou a avaliar livros didáticos de língua estrangeira, que, até aquele ano, não faziam parte desse processo.

4 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

A distribuição de livros nas escolas começou a ser discutida pelo governo a partir de 1929, mas esse tema se tornou forte apenas em 1934, no governo de Getúlio Vargas, quando o órgão específico recebe suas primeiras atribuições (Freitas; Rodrigues, 2008). Com isso, viu-se a necessidade da criação de um programa que ficasse responsável pela distribuição desses livros didáticos e literários.

Com isso, por meio do Decreto-Lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937 (Brasil, 1937), surgiu em 1937 o Instituto Nacional do Livro (INL). Ao longo desses 90 anos de sua criação, o instituto passou por inúmeras reformas em sua nomenclatura, competências e objetivos.

Inicialmente, competiam ao Instituto funções mais amplas relacionadas ao livro, como organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, incentivar a organização e a manutenção de bibliotecas públicas, editar obras raras, entre outras

competências. Na ocasião, ainda não se falava em avaliação de livros didáticos e distribuição para as escolas públicas.

No ano seguinte, em 1938, foi publicado o Decreto-Lei n. 1.006 (Brasil, 1938) para estabelecer as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Esse documento privilegiou a produção de livros didáticos no âmbito nacional. A produção era livre; no entanto, todas as obras deveriam obter autorização prévia concedida pelo MEC para serem adotadas nas escolas públicas e privadas em todo território brasileiro.

Para emitir a autorização prévia do uso do livro didático, esse mesmo documento normativo de 1938 instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), composta por sete membros sem vínculo comercial com qualquer editora. Essa comissão tinha como principais funções analisar os livros didáticos, emitir parecer favorável ou desfavorável ao seu uso e indicar livros didáticos estrangeiros de notório valor. A avaliação levava em conta 16 critérios impostos pelo decreto-lei.

Quase uma década depois, foi publicado o Decreto-Lei n. 8.460, de 26 de dezembro de 1945 (Brasil, 1945), no intuito de consolidar a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Na ocasião, ainda se falava em “importação”, visto que os livros didáticos de língua estrangeira não tinham incentivo governamental para a produção nacional.

O principal avanço ocasionado pelo decreto-lei de 1945 foi, por meio do seu artigo n. 5, dar autonomia ao professor para escolher, dentre as obras de uso autorizado pela CNLD, qual livro ele adotaria para o exercício da docência. Assim, ficava proibido aos poderes públicos determinar a obrigatoriedade de adoção de um livro específico e às instituições de ensino estabelecer preferência por uma determinada obra.

Nos 30 anos seguintes, o livro didático apresentou vários avanços em relação à sua produção e distribuição a partir de convênios realizados com agências estrangeiras. Houve a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), bem como a implementação do sistema que permitiria a coedição de livros com editoras nacionais com recursos do INL, que, naquele período, passou a receber contribuições financeiras das unidades federativas.

Em 1967, foi instituída, por meio da Lei n. 5.327, de 2 de outubro de 1967 (Brasil, 1967), a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a qual pertencia ao Ministério da Educação e Cultura. A criação da fundação levou em conta a necessidade de um órgão específico para a execução do programa do livro didático no território nacional.

A fundação foi criada com autonomia administrativa e financeira. Sua finalidade era a produção e distribuição de material didático com o objetivo de melhorar a qualidade, o preço e a utilização dos materiais, e seu estatuto foi aprovado no ano seguinte, por meio do Decreto n. 62.411, de 15 de março de 1968 (Brasil, 1968). Na ocasião, o material didático ainda não era distribuído de forma gratuita, mas produzido e distribuído a preço de custo.

Quase uma década depois, o INL foi extinto por meio do Decreto n. 77.107, de 4 de fevereiro de 1976 (Brasil, 1976). Esse decreto determinou que todas as responsabilidades do INL passassem à FENAME. Da mesma forma, foi definido que a FENAME receberia os recursos financeiros que antes eram destinados ao Programa de Colaboração Financeira para Edição de Livros Textos.

Com os recursos provenientes do FNDE e das Unidades Federativas, o Ministério da Educação e Cultura assumiu a compra de grande parte dos livros que seriam distribuídos para as escolas brasileiras. Entretanto, a maioria das escolas municipais foi excluída do programa, visto que não havia recursos suficientes para atender a todos os alunos do ensino fundamental da rede pública.

No ano de 1983, foi promulgada a Lei n. 7.091, de 18 de abril de 1983 (Brasil, 1983a), que alterou a denominação FENAME para Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), expandindo também suas finalidades. Nesse mesmo ano, seu estatuto foi publicado por meio de decreto (Brasil, 1983b) e, com isso, o programa foi ampliado, o que fez com que todas as séries do ensino fundamental pudessem ser contempladas.

Dois anos depois, com a publicação do Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985 (Brasil, 1985), foi instituído o PNLD. O programa era vinculado à FAE, e, conseqüentemente, ao Ministério da Educação e Cultura. A princípio, devido ao recurso financeiro ainda escasso, o PNLD atendia apenas às escolas públicas de primeiro grau, hoje conhecido como ensino fundamental.

O surgimento do PNLD ocasionou diversas mudanças em relação à distribuição dos livros didáticos nas escolas, como a indicação do livro didático pelos professores, a reutilização do livro, que até então era descartável, e o fim da participação financeira das Unidades Federativas. Dessa forma, o controle do processo decisório passou para a FAE, que garantiu o critério de escolha dos livros pelos professores.

Devido a limitações orçamentárias, em 1992 o programa precisou reduzir a distribuição dos livros; com isso, apenas alunos da primeira à quarta série receberam os materiais gratuitamente. No entanto, essa limitação foi superada no ano seguinte, com recursos

provenientes do FNDE. A partir de então, o programa foi progressivamente aumentando a distribuição para outras etapas escolares.

Nos anos de 1993 e 1994, o PNLD definiu critérios para a avaliação dos livros didáticos, favorecendo a publicação de obras didáticas nacionais. No entanto, o programa ainda não contemplava todas as disciplinas escolares. Foi a partir de 1995 que, gradativamente, as disciplinas foram incorporadas ao programa. Nesse ano, foram contempladas as disciplinas de Português e Matemática. Em 1996, as Ciências foram integradas ao programa, acompanhadas, no ano seguinte, pelas disciplinas de Geografia e História.

Em 1996, iniciou-se o processo de avaliação pedagógica das obras que se inscreveram para o PNLD. Com isso, foram excluídos do processo todos os livros que apresentavam erros gramaticais, assuntos desatualizados, indução a erros, preconceitos ou discriminação de qualquer natureza, entre outros critérios. Essa avaliação teve como resultado o primeiro guia com as obras aprovadas, o qual foi disponibilizado no ano seguinte (Brasil, 1997).

Em 1997, o FNDE assumiu todas as responsabilidades da FAE, que, por sua vez, foi extinta. Assim, o PNLD foi ampliado e o MEC passou a distribuir os livros didáticos para todos os alunos da rede pública do ensino fundamental, que, até então, era organizado da 1ª à 8ª série. Nesse ano, o programa incluiu as disciplinas de Alfabetização e Estudos Sociais.

Passados seis anos, o PNLD passou a distribuir livros didáticos de Português e de Matemática a todos os alunos das escolas públicas. Com a publicação da Resolução/CD/FNDE n. 38, de 15 de outubro de 2003 (Brasil, 2003), o ensino médio foi, pela primeira vez, incluído no programa. Anos depois, essa etapa de ensino passaria a receber os livros de todos os componentes curriculares contemplados pelo PNLD.

Em 2008, foi publicado o edital do PNLD 2011 (BRASIL, 2008), contendo novidades para a educação pública brasileira. Esse edital, voltado para os anos finais do ensino fundamental, pela primeira vez incluiu as disciplinas de Inglês e Espanhol entre os componentes curriculares do programa. Desse modo, em 2011, os alunos do ensino fundamental do sexto ao 9º ano da rede pública receberam livros de língua estrangeira – Espanhol e Inglês.

O Programa teve sua última alteração na nomenclatura em 2017, por meio do Decreto n 9.099, de 18 de julho de 2017, para Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)³. O Decreto unificou as ações que visam adquirir e distribuir os livros didáticos e literários, anteriormente contemplada antigo Programa Nacional do Livro Didático e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

³ Nos documentos oficiais, a sigla PNLD se manteve após a alteração da nomenclatura de Programa Nacional do Livro Didático para Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

5 PRODUÇÃO, EVOLUÇÃO E TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

Os livros didáticos de inglês, adotados desde a primeira metade do século XX no Brasil, sofreram várias modificações ao longo dos anos em relação à abordagem educacional. A princípio, esses materiais não contemplavam obrigatoriamente a compreensão e a produção oral e escrita. Essa prática surgiu apenas após muitos anos de experiência com o ensino direcionado à gramática.

Esta seção tem como objetivo apresentar, segundo dados expostos por Paiva (2009), Silva (2012, 2016) e Sousa (2015), a produção, trajetória e evolução dessas obras no Brasil ao longo dos anos, passando do ensino da gramática e tradução, pela ênfase na língua falada e na língua escrita, até as abordagens comunicativas mais atuais que são exploradas em livros de língua estrangeira em ambiente escolar.

Silva (2012) pondera que, no século XX, os livros didáticos de inglês usados no Brasil se dividiam entre os importados, provenientes principalmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, e os nacionais, produzidos por editoras brasileiras e estrangeiras instaladas no Brasil. Os livros produzidos no Brasil eram voltados aos alunos do ensino fundamental e médio e cursos livres. A cultura local era fortemente valorizada nesses livros.

Por outro lado, os livros de inglês importados não levavam em conta a cultura dos países que adotavam seus materiais, visto que eram livros globais, ou seja, escritos para alunos de diversas partes do mundo. Sendo assim, nesses materiais, era comum encontrar textos e atividades que privilegiavam a cultura, a variedade linguística e o sistema educacional do país que os produziu.

Em 1937, foi criado pelo governo de Getúlio Vargas o INL, que tinha entre seus objetivos “promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país” (Brasil, 1937, p. 1). No entanto, o programa não contemplou os livros didáticos de língua estrangeira, favorecendo fortemente o mercado internacional, visto que a facilitação de importação de livros estrangeiros também estava prevista no decreto-lei.

Sousa (2015) argumenta que o enaltecimento ao livro importado encareceu essas obras, ocasionando a desvalorização da moeda brasileira e favorecendo a produção de livros didáticos no Brasil (D’ávila, 2013 *apud* Sousa, 2015). Segundo Sousa, a partir da década de 1960, por incentivo do governo da época, que visava à democratização do ensino, os autores brasileiros

tiveram a oportunidade de produzir livros didáticos de inglês com baixo custo, o que fez com que os livros nacionais pudessem concorrer com os livros importados.

Um detalhado histórico é apresentado por Paiva (2009), que aborda a produção de livros e coleções didáticas de inglês utilizadas no Brasil em escolas privadas e em cursos livres (visto que os livros de língua estrangeira chegariam à escola pública a partir de 2011). Essa apresentação diacrônica leva em consideração o período do final do século XIX ao final do século XX.

Os primeiros materiais didáticos de Língua Inglesa no Brasil concentravam-se na gramática da língua e na tradução de uma língua para outra. Um exemplo é a obra *Gramática da língua inglesa*, publicada em Porto Alegre em 1880, mas popularmente conhecida apenas após sua 34ª edição em 1940. A obra apresenta listas de palavras em inglês com suas respectivas traduções em português, conjugações verbais e exercícios com foco na tradução.

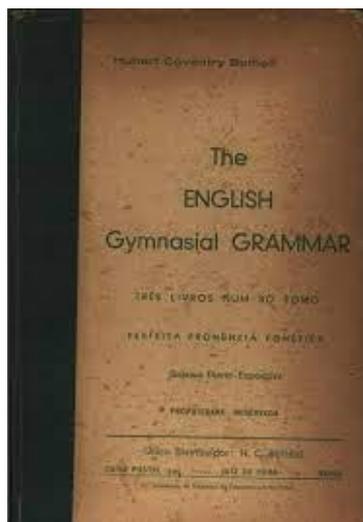
Figura 4 – Livro *Gramática da língua inglesa*



Fonte: Estante Virtual. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/sebo-riacho/frederico-fitzgerald-gramatica-da-lingua-inglesa-3520237090?show_suggestion=0. Acesso em 19 jan. 2024.

Outro livro que ficou conhecido nacionalmente é o *The English Gymnasial Grammar*, publicado em 1936. Essa obra assemelha-se ao livro anterior (ambos contêm atividades de tradução, apresentam regras gramaticais etc.), diferenciando-se por uma inovação ao ensino de Língua Inglesa no país ao fornecer atividades com transcrições fonéticas e atividades em que o aluno deve corrigir frases mal redigidas.

Figura 5 – Livro *The English Gymnasial Grammar*



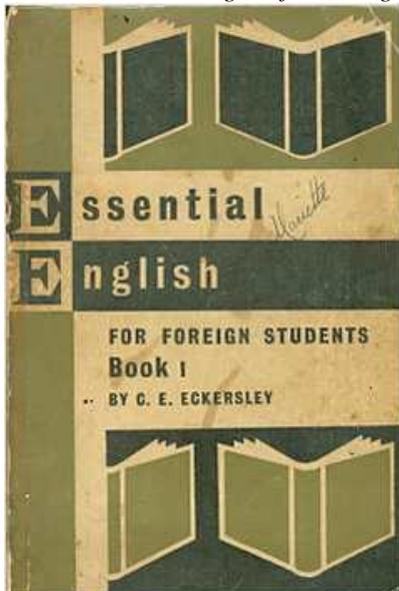
Fonte: Estante Virtual. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/donaclaralivros/hubert-coventry-bethell-the-english-gymnasial-grammar-tres-livros-num-so-tomo-4026433260?show_suggestion=0. Acesso em: 19 jan. 2024.

Ainda na primeira metade do século XX, foi publicado em Coimbra, Portugal, em 1930, o livro *An English Method*, pelo Padre Julio Albino Pinheiro. Em 1939, essa obra foi adotada no Colégio Pedro II, no Brasil. Representou um avanço metodológico, ao propor o ensino de inglês focado na comunicação. O livro, dividido em quatro partes, conta com transcrições fonéticas, é organizado por campos semânticos ao trabalhar vocabulários como família, trabalho etc. e, principalmente, mostra-se inovador ao explorar o ensino da língua a partir de diversos gêneros discursivos, embora naquela época não se usasse ainda essa terminologia.

Nesse mesmo período, outra obra bastante conhecida por sua abordagem comunicacional adquiriu espaço no mercado. A coleção importada *Essential English for Foreign Students* é composta por três volumes, o primeiro tendo sido lançado em 1938 e os demais nos anos subsequentes. A obra foi publicada pela Editora *Foreign Languages Press*, uma editora chinesa voltada a publicações de livros didáticos de línguas que não o chinês. A coleção fez sucesso em todo o mundo em razão da sua abordagem educacional centrada na língua falada, inclusive no Brasil, onde, ao se tornar popular, manteve-se na liderança por cerca de 30 anos (Howat, 1984 *apud* Paiva, 2009).

A obra é, segundo seu criador, essencialmente conversacional; assim, apresenta exercícios em que o estudante deve narrar uma história a partir de uma sequência de imagens, perguntas ou palavras-chave. Também há vários exercícios de conversação com enfoque na pronúncia, com estruturas gramaticais ensinadas de forma gradativa. As explicações são, geralmente, acompanhadas de ilustrações. Esse material inovou ao propor redações controladas com apoio visual, que consiste em o aluno escrever um texto a partir da sequência de imagens fornecida.

Figura 6 – Livro *Essential English for Foreign Students*

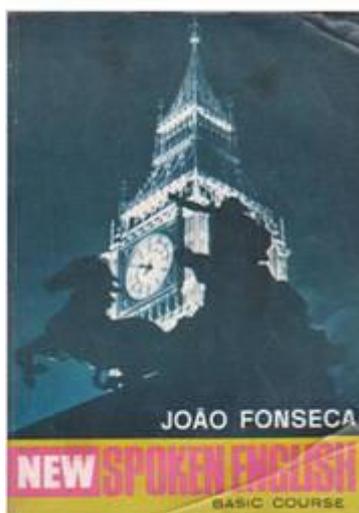


Fonte: Estante Virtual. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/armazem/dolivroutado/c-e-eckersley-essential-english-for-foreign-students-book-1-4349441162?show_suggestion=0. Acesso em: 19 jan. 2024.

A partir da década de 1950, o ensino de inglês passou por uma evolução em que o foco na gramática perdeu seu protagonismo para favorecer o ensino da língua falada. Nesse momento, materiais voltados à tradução, regras gramaticais e conjugações verbais cederam espaço no mercado a uma nova profusão de obras que privilegiam a conversação.

Em vista disso, o livro *Spoken English*, que mais tarde se tornaria *New Spoken English*, ambos escritos por João de Almeida, foi um dos trabalhos pioneiros no ensino voltado à língua falada. O autor se tornou um dos profissionais de maior sucesso, visto que suas coleções foram muito usadas a partir da década de 1950. Nessa obra, as atividades têm como eixo a conversação, simulando situações cotidianas.

Figura 7 – Livro *New Spoken English*



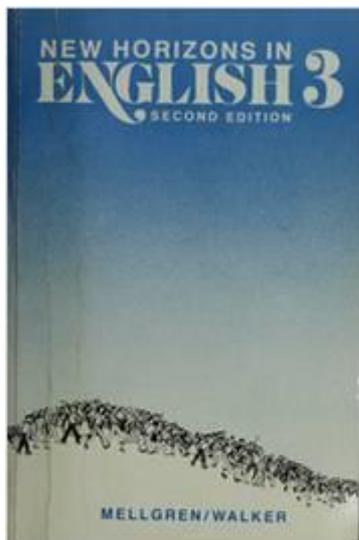
Fonte: Estante Virtual. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/lusitanoseboeantiquario/joao-fonseca-new-spoken-english-basic-couse-4314263387?show_suggestion=0. Acesso em: 19 jan. 2024.

Na década de 1960, surgiu outra coleção de bastante sucesso, composta por três volumes. Intitulada *New Concept English*, é formada pelos volumes *First things first*, *Practice and Progress* e *Fluency in English*. A coleção trouxe algo novo: além do livro do estudante e do manual do professor, fornece duas fitas gravadas: a primeira possui exercícios complementares, e a segunda, diálogos de cada lição.

Caminhando contra os métodos baseados em gramática e tradução, o autor propõe atividades que consistem em repetições de estruturas, dessa forma, cada unidade dos três volumes apresenta uma construção gramatical diferente. Além disso, as atividades recriam situações comunicacionais que simulam conversações do cotidiano com ilustrações para auxiliar a compreensão do contexto proposto.

Em 1973, foi publicada a coleção *New Horizons in English*, também com enfoque no inglês falado. Segundo o autor, para que o aluno aprenda uma língua, é necessário que ele esteja em contato com essa língua a partir de situações cotidianas. Assim, o autor defende a conversação em pares na sala de aula, com pequenas conversas para expressar opiniões, aconselhar, pedir ou dar informações. A proposta foi inovadora ao proporcionar uma grande quantidade de ilustrações coloridas em todo o livro.

Figura 8 – Capa do volume 3 da série *New Horizons in English*



Fonte: Estante Virtual. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/aoleitorvoraz/1-mellgren-e-michael-walker-new-horizons-in-english-bk-3-3569733737?show_suggestion=0. Acesso em: 19 jan. 2024.

A partir da década de 1980, surgiram novas coleções com diferentes perspectivas. Algumas coleções enfocaram a abordagem comunicativa, ou seja, a compreensão e produção oral. Outras tiveram como eixo principal o ensino a partir da compreensão e produção escrita. Houve, também, coleções voltadas ao ensino aprendizagem da língua de caráter instrumental, direcionado, principalmente, à leitura.

A coleção *Reading and Thinking in English* já demonstra no título seu foco na leitura. Criada para atender propósitos acadêmicos, a coleção foi publicada em 1980 e é dividida em quatro volumes independentes, ou seja, não é necessário seguir uma sequência, pois cada livro tem um objetivo diferente.

Seguindo esse mesmo viés metodológico, a autora brasileira Reinildes Dias escreveu o livro *Inglês instrumental*, publicado em 1988, fruto de uma pesquisa de mestrado. O livro tem como objetivo que o aluno aprenda a ler em inglês, sobretudo numa perspectiva crítica. Contém textos atuais para a época de publicação, que circulavam no mundo social, retirados de revistas, jornais e livros especializados.

Já nos anos 1990, várias coleções de diferentes abordagens foram lançadas, como *Streamline*, *New American Streamline* e *Headway*, que posteriormente se dividiria em dois volumes, intitulados *New Headway* e *American Headway*. Essa última coleção mescla abordagens tradicionais, como tradução, com outras mais comunicativas que integram a compreensão e produção oral e escrita.

A obra apresenta uma grande variedade de materiais, como livro do estudante, manual do professor, material fotocopiável, vídeo, fita de áudio, CD de áudio, DVD e uma página *web*.

A coletânea oferece a cada página de seus livros uma palavra nova com explicações e aplicações em frases completas para que o aluno aprenda de forma imersiva e aumente seu vocabulário.

A partir da segunda metade dos anos 1990 até o final dos anos 2000, houve um grande aumento de publicações de coleções de línguas estrangeiras, principalmente o inglês. Por um lado, é relevante para a educação que haja essa variedade de coleções de diferentes abordagens e formas educacionais. Entretanto, essas coleções não eram utilizadas por alunos de escolas públicas, limitando-se apenas a escolas privadas. Por essa razão, o PNLD, por meio da publicação do edital em 2008, passou a avaliar livros didáticos de inglês. Sendo assim, a partir de 2011, coleções didáticas de inglês passaram a ser distribuídas nas escolas públicas.

A evolução dos livros didáticos de língua inglesa no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) reflete uma trajetória de aprimoramento e adaptação às demandas pedagógicas e culturais do Brasil. Desde as primeiras edições, os materiais passaram por mudanças significativas em termos de conteúdo, metodologia e recursos utilizados, buscando promover uma aprendizagem mais contextualizada, interativa e alinhada às diretrizes curriculares. Com o tempo, houve uma maior valorização de abordagens comunicativas, inclusão de tecnologias digitais e foco na formação de competências linguísticas essenciais para o século XXI. Essa evolução demonstra o compromisso do PNLD em oferecer materiais cada vez mais eficazes e relevantes para o ensino de inglês no país, contribuindo para a formação de estudantes mais preparados para atuar em um mundo globalizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo ressaltam a importância da evolução dos livros impressos, especialmente dos livros didáticos e de língua inglesa, para o desenvolvimento educacional tanto no Brasil quanto no mundo. Ao longo do tempo, esses materiais passaram por transformações significativas, refletindo avanços tecnológicos, mudanças pedagógicas e demandas culturais.

No contexto brasileiro, os livros didáticos de língua inglesa desempenham um papel fundamental na formação linguística dos estudantes, contribuindo para a inserção no mercado global e para o desenvolvimento de competências interculturais. A trajetória histórica evidencia que a adaptação e inovação contínuas desses recursos são essenciais para atender às necessidades de uma educação cada vez mais dinâmica e inclusiva. Assim, compreender essa evolução é fundamental para aprimorar as práticas pedagógicas e promover uma aprendizagem mais eficaz e contextualizada.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Elzimar Goettenauer de Marins-Costa, pela dedicação à leitura dos meus textos e pelas conversas fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BAKHTIN, Mikhail M. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BITTENCOURT, C. M. F. **A história do livro didático brasileiro**. São Paulo: Abrelivros, 2009. [fôlder]

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 25586, 27 dez. 1937. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/DECRETO-LEI%20N%2093%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201937.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 277, 5 jan. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 19208, 28 dez. 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, p. 10007, 3 out. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5327-2-outubro-1967-359134-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DO MATERIAL DIDÁTICO. Decreto nº 62.411, de 15 de março de 1968. Aprova o estatuto da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, p. 2289, 20 mar. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62411-15-marco-1968-403549-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, p. 1681, 5 fev. 1976. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20e,textos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, p. 6273, 19 abr. 1983a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 88.295, de 10 de maio de 1983. Aprova o Estatuto da Fundação de Assistência ao Estudante e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção, Brasília, p. 7891, maio 1983b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88295-10-maio-1983-438189-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, p. 12178, 20 ago. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. **Catálogo para indicação de Livro Didático – PNLD/FAE**. Brasília, 1997. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD%201997%20-%20Catlogo%20para%20indicao%20do%20livro%20didtico.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. FUNDAÇÃO Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38**, de 15 de outubro de 2003. Prove as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2003/resolucao-cd-fnde-no-38-de-15-de-outubro-de-2003>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL, MEC-SEB. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2011**. Brasília: Ministério de Educação, FNDE, 2008. Disponível em: <https://abrelivros.org.br/site/images/stories/arquivos/antigos/3650.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL, MEC-FNDE. **PNLD – Histórico**. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FREIRE, R.G.S.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

COMENIUS, Jan Amós. **The Orbis Pictus Syracuse**. Nova York. C. W. Bardeen Publisher, 1887. Disponível em:
<https://archive.org/details/cu31924032499455/page/n49/mode/2up?q=arit>. Acesso em: 27 abr. 2025.

D'ÁVILA, Cristina Maria. **Decifra-me ou te devorarei**: o que pode o professor frente ao livro didático?. 2. Ed. Salvador, Eduneb; Edufba, 2013.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 300-307, 2008.

HOWAT, A.P.R. **A history of English language**. Oxford: Oxford University Press, 1984.

KELLY, L. G. **25 centuries of language teaching**. Rowley, Massachusetts: Newbury, 1969.

MELLO JUNIOR, José. **O livro Digital**: Revista Editor, ano 2 - Nº 8 - Fevereiro / Março. 2000.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. História do material didático de língua inglesa no Brasil. In: DIAS, Reinildes; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 17-56.

SILVA, Renato Caixeta da. **Representações do livro didático de inglês**: análise dos discursos de produtores e usuários com base na Linguística Sistêmico-Funcional. 2012. 332p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Renato Caixeta da. **Livro didático de Inglês: que livro é este? Discursos de produtores e usuários**. Curitiba: Appris, 2016. 302p.

SOUSA, Joilma Barbosa Ferreira de. **O livro didático de língua inglesa**: percepções e implicações no exercício da docência. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem, Cultura e Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015. Disponível em:
<http://www2.uesb.br/ppg/ppgcel/wp-content/uploads/2017/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-em-Letras-UESB-Turma-2013-Joilma-Barbosa-Ferreira-de-Sousa-ilovepdf-compressed.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.